

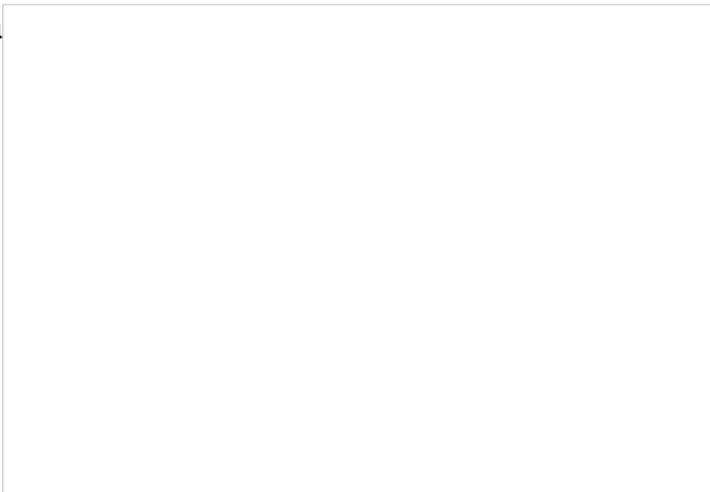
# Controlador-Geral do Estado apresenta análises iniciais da Comissão Especial que apura lista do TCE

Qua 16 maio

O Controlador-Geral do Estado, Eduardo Martins de Lima, apresentou na tarde desta quarta-feira (16/5), no Palácio da Liberdade, as análises iniciais feitas pela Comissão Especial de Apuração da Regularidade Funcional de Servidores do Estado. Instituída no último dia 11 de maio, a comissão foi criada para apurar os indícios de acúmulo irregular de cargos apontados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Segundo o controlador, todos os 96.350 nomes de servidores indicados em situação irregular foram analisados criteriosamente pela comissão especial, que é formada por representantes da [Secretaria de Fazenda](#), da [Secretaria de Planejamento e Gestão](#), [Advocacia-Geral do Estado](#) e [Controladoria-Geral do Estado \(CGE\)](#).

Já numa primeira avaliação, a comissão concluiu que 13.656 servidores não possuem mais qualquer vínculo com o Poder Executivo Estadual, considerando-se a folha de pagamento de março de 2018.



*Crédito: Manoel Marques/Imprensa MG*

Dos 82.694 servidores restantes, 76.608 possuem vínculo exclusivo na área de Educação ([Secretaria de Educação](#), [Unimontes](#) e [Uemg](#)), sendo que 32.600 ocupam somente um cargo no Poder Executivo Estadual.

Ficou constatado ainda que 3.645 servidores da lista têm vínculo exclusivo na área da Saúde ([Secretaria de Saúde](#), [Fhemig](#), [Funed](#), [Hemominas](#), [Ipsemg](#) e [Escola de Saúde](#)), dos quais 3.306 com apenas um cargo no Poder Executivo Estadual.

Outros 2.441 servidores não atuam exclusivamente nas áreas de Saúde e Educação, mas podem, eventualmente, possuir vínculo com essas áreas em pelo menos uma admissão no Poder Executivo Estadual.

Portanto, se 35.906 têm apenas um vínculo com o Poder Executivo Estadual e outros 13.656 não

possuem qualquer vínculo, da relação apontada inicialmente, 46.788 (48,6% da lista) merecerão uma apuração mais detalhada, caso a caso, no que se refere ao Poder Executivo de Minas Gerais.

O controlador destacou a determinação do governador [Fernando Pimentel](#) para que fosse feito um “pente fino” na lista, a fim de não prejudicar os servidores. “A celeridade que o governador determinou foi implementada na primeira hora. Ele não queria ser injusto e, preocupado com a situação, solicitou uma análise do caso, chegando aos dados que temos hoje”, informou o controlador.

Eduardo Lima reforçou ainda que o governo possui mecanismos de análise sistemática de possíveis irregularidades em relação a acúmulos de cargos e destacou que, conforme previsto em lei, pode, sim, haver casos de duplos vínculos nas áreas de Saúde e de Educação.

“Dois vínculos não querem dizer, necessariamente, que são irregulares. Desde que haja compatibilidade de horários, o servidor pode ter esse duplo vínculo. A situação, quando existe, chama a atenção, mas tem que ser observada não só a possibilidade constitucional e legal, mas se é compatível. E isso leva tempo e gera cuidado”, explicou o controlador.

Durante a coletiva, o controlador também descartou a teoria de que a análise da lista seria um subterfúgio para atrasar a primeira parcela dos salários dos servidores.

“O governador, diante de uma lista que, eventualmente, tenha irregularidades não pode se omitir. Então, ele determinou a suspensão (dos pagamentos), mas, diante dessa análise inicial da comissão, seria injusto continuar. O que nós estamos fazendo é uma mudança de dois dias. O governador não esconde as contas do Estado da população”, finalizou.